

# Discriminação a esclarecer

Algo de estranho vem sendo detectado na conduta da política econômica internacional: no passado, organismos desse âmbito, entre eles o Banco Mundial e o FMI, receberam dos países em desenvolvimento montantes superiores àqueles que desembolsaram em seu favor. Tal tendência parece indicar que os organismos criados em Bretton Woods não estão preenchendo sua destinação. Paralelamente, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE — no último relatório que acaba de publicar acerca dos desembolsos líquidos em favor dos países em desenvolvimento mostra que o saldo líquido, em 1987, foi inferior em 40% ao montante de 1981, que se manteve acima de 60 bilhões de dólares até 1984, e que, dois anos atrás, fora de apenas 46,1 bilhões.

Mas existe um fato mais grave: é no caso do país do Terceiro Mundo mais endividado (o Brasil) que a situação está se tornando mais dramática, uma vez que de um aporte nitidamente positivo em 1981, 1986 e 1987, segundo os dados publicados pela OCDE, enviamos recur-

sos aos países ricos. Até a Segunda Guerra Mundial, respeitava-se, sempre, uma regra importante: os países superavitários — notadamente o Reino Unido — enviavam àqueles deficitários (especialmente os em desenvolvimento) seus excedentes do balanço de pagamento. Concluído o último conflito mundial, tal regra foi mantida até 1981, o que, certamente, permitiu grandes progressos. Agora, verifica-se o contrário.

O caso do Brasil é todavia particularmente estranho, notadamente por se tratar da nação mais endividada do Terceiro Mundo. Enquanto em 1981, recebíamos aqui um aporte líquido de capitais dos países da OCDE (entradas menos amortização e juros), de 7.060 milhões de dólares, obtivemos, em 1986, um saldo líquido negativo de 92,7 milhões e em 1987 de 1.375,3 milhões. Tudo indica que em 1988, tivemos mais um saldo líquido negativo, superior ao do ano anterior. Em 1987, um único país (a Coreia do Sul), teve um saldo negativo importante, que ultrapassou o nosso, o que se explica, porém, pelo fato de que, com uma excelente situação

cambial, a nação asiática tornou-se, voluntariamente, exportadora de capitais.

Se é possível que, num exercício, possa um país em desenvolvimento transformar-se em exportador de capitais, não o será se o fizer durante três anos seguidos, sem que disso advenham graves consequências para seu crescimento econômico. Cumpre reconhecer que o Brasil recebeu bem menores atenções por parte da comunidade financeira internacional do que o México. Com efeito, o País (com PNB de 269 bilhões de dólares em 1987) embolsou de 1981 a 1987 um aporte líquido de 24,6 bilhões, tendo o México (PNB de 149 bilhões) recebido, no período, 26,5 bilhões. Enquanto há dois anos o Brasil era exportador líquido de capitais para os países ricos, enviando-lhes 1.375 milhões de dólares, o México recebia 1.247 milhões.

A fronteira que o México tem em comum com os Estados Unidos o favorece, mas tal circunstância não é suficiente para explicar a discriminação que nos atinge. Sem dúvida, a decretação unilateral da morató-

ria em 1986 não nos ajudou, não tendo, porém, a boa vontade registrada em 1988 efeitos muito positivos para inverter o movimento de capitais. O confronto, certamente, não resolve os problemas, conforme o demonstra claramente o exemplo do Peru; parece-nos, entretanto, que existe, para nosso prejuízo, uma incompreensão por parte dos organismos internacionais.

Talvez o fato de o Brasil ter conseguido, ao longo dos anos, um importante superávit na sua balança comercial, o que lhe permitiu, com sacrifícios, honrar seus compromissos, não tenha conscientizado a comunidade econômica mundial da necessidade de dar-lhe maior ajuda. Não podemos, todavia, esquecer que estamos pagando caro a nossa condição de exportador involuntário de capitais, com a queda violenta dos investimentos por falta de recursos. O que devemos esperar, pelo menos, é que, nas suas relações com o Brasil, organismos como o FMI e, mais ainda, o Banco Mundial voltem a fornecer-lhe apoio financeiro mais condizente com os reclamos do nosso desenvolvimento.